

Carta de São Paulo aos Romanos

por

Rubem Martins Amorese

Introdução

A mais importante porção dos escritos apostólicos encontra-se, com toda a certeza, nas cartas do Apóstolo Paulo. As cartas apostólicas, como um todo, constituem-se num importantíssimo segmento do ensinamento neotestamentário, porque são um vasto celeiro de ensinamentos teológicos, doutrinários e morais. Marcam o momento em que a igreja sistematizou o conhecimento de Deus, até então expresso nos livros do Velho Testamento, e desenvolveu, inclusive a partir da nova ótica trazida por Jesus Cristo, uma nova compreensão da forma como deveria relacionar-se com o Pai. Surge, nesse período, de forma mais clara e didática, a doutrina da Trindade, os temas do amor de Deus, do chamado dos gentios, da salvação pela fé em Jesus Cristo, da ressurreição dos mortos, da vida eterna e tantos outros.

As cartas de Paulo, por seu turno, compreendem mais da metade de todo esse legado da igreja primitiva, e estão entre os mais importantes documentos que nos têm chegado às mãos.

Na sua grande maioria, tratam-se de escritos ocasionais, ou seja, nasceram da necessidade sentida pelo Apóstolo de intervir em alguma situação eclesial, onde não poderia fazê-lo pessoalmente. Ora, apresentava-se o caso de dirimir dúvidas doutrinárias, ora apaziguavam-se litígios, ora recomendavam-se ações, providências e posturas a discípulos, ou mesmo apresentava-se a compreensão que o Apóstolo tinha do plano salvífico de Deus, como forma de apresentação pessoal, anteriormente a uma visita.

Paulo não escrevia de seu próprio punho, conforme era costume dos escritores antigos. Antes, ditava-as a um amanuense de sua confiança. Ao final, apensava o Apóstolo, suas saudações finais, de punho próprio.

Dentre as cartas de Paulo, certamente, a Carta aos Romanos ocupa lugar de destaque. Alguém já a chamou de “evangelho dentro do evangelho”, dado à forma linear, sistemática, profunda e completa pela qual seu autor expõe sua compreensão do plano da salvação.

Autoria

A autoria de Paulo da carta aos Romanos é universalmente aceita, não existindo contestação relevante, seja do ponto de vista documental, seja da alta crítica. Não somente ela vem declarada na sua costumeira saudação (cf. 1:1) como vem amparada por fatos históricos, tais como sua pretensão de ir a Roma (1:15, 15:24) em caminho para a Espanha, ou a referência à coleta feita em favor da igrejas

empobrecidas de Jerusalém (15: 26-33), como ainda por referências próprias características, tais como a de ser apóstolo entre os gentios (cf. 15: 16; Ef 3:7,8; Cl 1:27; Gal 1:16). Acresce-se, ainda a esses elementos, referências a pessoas de conhecimento comum, tais como Febe, Priscila e Áquila e Timóteo, que se tornam elo importante entre o escritor e os destinatários.

Data

Estima-se que este texto tenha sido escrito no inverno de 57-58 d.C., estando Paulo em Corinto, na casa de seu amigo Gaio, ao final de sua terceira viagem missionária aos territórios que margeiam o Mar Egeu e às vésperas de partir para Jerusalém, levando a oferta para os crentes pobres (15:22-27). O portador é uma senhora chamada Febe, de Cencréia, subúrbio de Corinto, que estava de saída para Roma (16: 1-2). Como não havia serviço postal particular no Império Romano da época, as cartas eram enviadas por viajantes de confiança.

Destinatários

Entendendo que concluíra seu trabalho evangelístico na região da Galácia, da Macedônia, da Acaia e da Ásia, com a fundação e estabelecimento de muitas igrejas; e entregues essas a seus pastores e líderes, Paulo planeja ampliar seu horizonte de evangelização. Queria campos novos para evangelizar para Cristo. Não querendo “edificar sobre fundamento alheio” (Rm 15:20), decidiu ir à Espanha, a mais antiga colônia romana do Ocidente. Mas a ida à Espanha também lhe daria a oportunidade de realizar um antigo sonho. Como cidadão romano, por direito de nascença (At. 22:28) ele ainda não conhecia Roma. Seria, então unir o útil ao agradável, passar por Roma, em seu caminho para a Espanha.

Seu objetivo era preparar os cristãos de Roma para sua chegada. O núcleo dessa igreja formara-se, provavelmente, dos romanos que haviam estado em Jerusalém no dia de Pentecostes (At. 2:10). Nesse período de 28 anos a igreja cresceu, com cristãos provindos de vários lugares, sendo alguns deles amigos e discípulos de Paulo. A carta serve, portanto, como uma carta de apresentação, na qual o Apóstolo expõe, de forma sistemática sua compreensão do evangelho de Cristo, do qual se chamava apóstolo. Ele não chegará a Roma senão três anos depois de sua famosa carta.

Há boas razões para crer que esta carta tenha sido enviada a outras igrejas, além de Roma. Uma delas está na forma como termina o capítulo 15, fazendo crer que havia uma versão onde não constava o capítulo 16, pelo fato de este referir-se a pessoas conhecidas e tratar de assuntos bem particulares.

A Mensagem

O texto desta surpreendente epístola nos apresenta, de forma progressiva, a compreensão que seu autor tem da expressão de Habacuque 2:4: “O justo viverá pela sua fé”. Apresentando de outra forma esta expressão-chave, redigi-la-íamos, de forma livre, assim: “aquele que pela fé é justificado, terá vida eterna”. A Bíblia na Linguagem de Hoje fornece a seguinte tradução: “Viverá aquele que, por meio da fé, é aceito por Deus”.

A carta de Paulo aos Romanos, como um todo, pode ser dividida nas duas partes: uma parte doutrinária (capítulos 1 a 11) e outra prática (capítulos 12 a 16).

Dentro da parte doutrinária, Paulo desenvolve de forma soberba seu tema introdutório, deixando para a parte prática recomendações de santidade. Essa primeira parte, divide-a ele em dois segmentos. O primeiro, trata da iniciativa de Deus em relação à redenção humana (“aquele que pela fé é justificado”), onde desenvolve os temas da justiça de Deus em condenar o pecador, da indesculpabilidade humana, da justificação do pecador e da aceitabilidade do homem diante de Deus, através da fé. O segundo segmento, (“viverá”), fala da vida prometida aos justificados por Deus, incluindo aí as expectativas de Deus quanto à resposta humana à sua iniciativa de amor.

Para desenvolver sua primeira parte do argumento, Paulo mostra que todos os homens precisam de salvação, porque, judeus ou não-judeus, todos são pecadores diante de Deus. Nesse movimento de raciocínio, o Apóstolo demonstra que tanto os homens depravados quanto os moralistas ou mesmo os religiosos são culpados diante de Deus. Uns pecaram sem conhecer a lei de Deus, e serão julgados de forma condizente; outros pecaram contra a lei de Deus, e serão julgados mediante a mesma. Dessa forma, Paulo conclui que “não há justo, nem sequer um” (3:10). Assim, se alguém tiver que ser justificado diante de Deus, não o será por meio de obras, mas tão somente pela sua graça, que é capaz de tornar justo o ímpio. Desta forma, Deus é apresentado como justo e justificador daquele que crê em Jesus.

Segue-se, ainda na parte doutrinária, uma exposição do poder de Deus em santificar o crente (capítulos 5 a 8) onde apresenta os temas da paz com Deus, da união com Cristo, da libertação do domínio da lei, da vida no Espírito e da vitória pelo Deus da graça.

Abre-se, então, um parêntesis no veio principal da argumentação do autor, onde se apresentam temas difíceis, relacionados à justiça de Deus na história humana (capítulos 9 a 11). Nesse parêntesis Paulo trata, com exemplos da história de Israel, da questão da soberania Divina, em contraposição à liberdade e responsabilidades humanas, colocando frente-à-frente, sem resolvê-los, temas aparentemente contraditórios e inconciliáveis como um Deus soberano que, todavia, responsabiliza o homem por seu mau caminho. Deixa, contudo, uma luz final, dizendo que o propósito final do Altíssimo é o de “usar de misericórdia para com todos” (11:32).

Segue-se a parte prática da carta que, iniciando no capítulo 12, segue até ao final, com recomendações à santidade e obediência na vida diária coletiva e individual. Nesta parte, após uma introdução na qual apela por consagração integral do cristão (12:1, 2), desenvolve recomendações de que o cristão se faça servo, seja no uso adequado dos dons, seja no uso do amor que vence o mal (12:3-21); de que o cristão se porte adequadamente como cidadão (13:1-14); de que o cristão manifeste sua salvação junto à igreja, seja no manejo da liberdade, seja no uso do amor altruísta (14:1-15:21).

Comentário

Capítulo 1

Exegese

1 **Servo** - Escravo. O termo tem conotações chocantes para a cultura da época.

Dizer-se servo de alguém, trazia conotações muito fortes do contexto escravocrata em que viviam. Quer dizer que Paulo está inteiramente à disposição de seu Senhor, para atendê-lo a qualquer hora, em qualquer circunstância.

Apóstolo - Embora o termo se aplique àqueles que estiveram pessoalmente com Jesus, Paulo se considerava apóstolo, por ter estado com ele no caminho de Damasco (cf. At. 9) e ter ouvido diretamente dele muitos dos ensinamentos que está apresentando (Gal 1:1 e Gal 1:16).

1-7 Esta longa saudação pode ser resumida, em sua formalidade a: “Paulo, a todos os romanos: graça e paz.” No entanto, o autor aproveita para desenvolver cada termo usado, no sentido de apresentar-se como apóstolo, e apresentar aquele de quem se diz servo. Não bastando sua auto-apresentação, desenvolve, também, a segunda parte da saudação, falando sobre o chamado à santidade daqueles que recebem a graça do Pai e a paz do Filho.

8-15 Neste intróito, o autor apresenta seu anseio em estar com os irmãos de Roma. Manifesta humildade, ao dizer que pretende trocar experiências e conforto espiritual recíproco.

16-17 A forma negativa “não me envergonho” pode ser entendida como “tenho orgulho” do evangelho. Porque: (1) é por onde o poder de Deus se revela para salvação de todo (judeu e grego, portanto, todos nós) aquele que crê, e (2) revela o modo e o caminho concebido por Deus (a fé) para tornar ímpios — judeu e grego, portanto, todos nós — reconciliados com Deus (justos).

17 Justo, aqui, significa, na forma forense de pensar do judeu, alguém que está quites perante um juiz hipotético. Alguém cujas relações com Deus estão corretas.

Homilética

O Evangelho não Envergonha - Rm 1:16,17.

1. Porque é poder de Deus

para salvação do judeu
para salvação do grego
para salvação de todos nós

2. Porque revela o modo concebido por Deus para nos salvar

não é o nosso modo de nos salvar
não aceita outras modalidades inventadas pelos homens

3. Porque revela a justiça de Deus em relação a nós, judeus e gregos

a justiça de Deus em nos condenar
a justiça de Deus em nos justificar mediante a fé

O evangelho não envergonha porque revela um Deus justo e justificador.

18 No verso 17, a justiça de Deus se revela no evangelho. Aqui, a ira de Deus se revela do céu, ou seja, nos fatos da experiência humana. Schiller dizia que “a

história do mundo é o juízo do mundo”.

19 - 31 A condenação dos homens rebeldes a Deus fica patente quando, na sua arrogância, rechaçam todas as oportunidades de conhecê-lo e reconhecê-lo como Deus, oportunidades essas fornecidas por ele próprio, e preferem suas próprias iniciativas redentivas. A consequência dessa atitude é que perdem o rumo e ficam ao sabor dos caprichos de seus corações, que os conduzem a um estado de embrutecimento tal que passam a adorar aves, quadrúpedes e répteis, entregando, inclusive, seus destinos nas mãos de astros e objetos. Esse descaminho os leva à progressiva degradação moral, de forma que eles já não têm uma mente capaz de perceber sua própria corrupção.

21 Nem lhe deram graças. Um dos sintomas do afastamento de Deus é a incapacidade de reconhecer nele a autoria das bênçãos. Tornam-se esses arrogantes e autônomos. Seu coração se obscurece.

22 Distante de Deus, o homem tem a tendência de se achar sábio, sem perceber sua loucura.

23 Da adoração do Deus eterno, passam a servir a objetos, astros, e até mesmo a répteis, e não se dão conta do ridículo dessa situação. Aham que isso é sabedoria.

24 Entregou. Afastou-se. Deixou que os fatos sigam seu curso. C.S.Lewis [1] disse uma vez que “os perdidos gozam para sempre da horrível liberdade que sempre pediram, e portanto estão escravizados por si mesmos”.

Capítulo 2

Exegese

1-16 Paulo utiliza, aqui, o estilo de diatribe, no qual responde a objeções de um interlocutor imaginário. Esse interlocutor, que bem poderia ser o moralista Sêneca, estóico, tutor de Nero, que diria: — eu também desaprovo esse tipo de pessoa que você acaba de descrever! Você não deve achar que todos os homens são assim. Nesse momento o autor vai demonstrar que mesmo os homens mais éticos estabelecem regras e normas que não podem cumprir. Com essa argumentação, derruba a possível alegação de que Deus teria expectativas exageradas e impossíveis de ser correspondidas.

Indesculpável. Ao condenar (ou mesmo aprovar) um ato ou atitude de outra pessoa, criamos, inevitavelmente, um padrão, um referencial. Se não formos capazes de coerência com esses padrões, condenamo-nos a nós mesmos pelos padrões que criamos. Por isso, o homem seria indesculpável diante de Deus (e de si mesmo), mesmo que nunca tivesse lido sequer um verso bíblico.

4 Não há escapatória do justo juízo de Deus, senão lançando mão de sua bondade e misericórdia, mediante humilde contrição e arrependimento.

5-11 Dureza de coração. Paulo usa uma linguagem duríssima contra os soberbos e orgulhosos, porque sabe que são atitudes de difícil trato. Na verdade, a soberba não tem perdão porque jamais o pede. Talvez por isso Jesus tenha iniciado seu sermão do monte dizendo que o Reino dos Céus pertence aos humildes de

espírito. Talvez por isso Jesus tenha condenado o fariseu de Lucas 18: 9-14.

12 O termo “lei”, aqui, refere-se, certamente, à lei de Moisés. Paulo está dizendo que os homens serão julgados de acordo com a luz que tiveram, ou seja, Deus que conhece os corações e as consciências há de julgar os homens pela forma como reagiram às situações morais, considerando as condições de que dispunham.

13-16 Estabelecido o princípio, o autor passa a aplicá-lo, demonstrando que Deus julgará a cada um a partir da “lei” que cumpriram ou transgrediram. Vale lembrar que o argumento central de Paulo é que, conquanto Deus julgue os homens por critérios diferentes — o que o faz justo diante do judeu e também do gentio —, todos eles terminam “indesculpáveis” (cf. 2:1), por absoluta incapacidade de cumprir qualquer tipo de lei, seja a de Moisés, seja a de suas consciências.

17-29 **Sobrenome judeu.** A responsabilidade aumenta para aquele que conhece a vontade de Deus, as Escrituras, e se tem como mestre, porque Deus sonda os corações, e sabe quando há falsidade.

28, 29 **Judeu.** O termo pode muito bem ser traduzido como “cristão”. Circuncisão da carne, no caso, seria traduzido como obediência exterior à Palavra de Deus.

29 **Circuncisão do coração.** Em contraposição à soberba apontada no verso 4, o autor propõe um coração humilde e contrito, dócil ao Espírito de Deus. Davi demonstra compreender isso bem, ao dizer: “coração compungido e contrito não o desprezarás, ó Deus”. (Sl. 51: 17)

Homilética

A Justiça de Deus (Rm. 1 e 2)

1. Revela-se na condenação do pecador

que não é capaz de reconhecê-lo como Deus (v. 1: 21)
que não lhe dá graças (v. 1: 21)
que prefere adorar ao réptil (v. 1:23)

2. Revela-se na condenação do moralista

que condena os que erram (v 2: 1)
que estabelece padrões que não pode cumprir (2:3)
que por soberba, rejeita a graça de Deus (v. 2: 5)

3. Revela-se na condenação do religioso

que tem orgulho da lei mas não a cumpre (v. 2: 13)

4. Revela-se na salvação daquele que se arrepende (v. 2:4; 3:24)

tornando justo o ímpio (v. 4: 5)

Capítulo 3

Exegese

1-8 Paulo trabalha com a figura de um interlocutor imaginário, que lhe faz perguntas e objeções, para as quais ele apresenta suas respostas. Isso torna seu texto mais didático naqueles aspectos em que a igreja de Roma, composta por um grande contingente de judeus, poderia ficar confusa em relação à doutrina que expõe.

5-8 Não é incomum este tipo de argumentação absurda, mesmo hoje em dia: se eu coopero com Deus, por que sou condenado? Cada um faz sua parte: eu cuido da parte do pecado; e Deus, da parte do perdão. Eu peço e Deus perdoa. Somos uma sociedade perfeita. Então, porque ele vai querer me condenar?

8 Aqui aparece o motivo desse parêntese na argumentação de Paulo: ele ouvira o boato de que ele estaria afirmando exatamente o argumento acima: façamos o mal, para que o perdão de Deus apareça em todo o seu esplendor. Esse cinismo será julgado por Deus, conclui o Apóstolo.

9 O fato de ser judeu não traz nenhuma vantagem, do ponto de vista da justiça de Deus, porque estes pecaram, da mesma forma que os gentios.

19, 20 Poderia haver a tendência de se imaginar que as citações dos versos 10 a 18 se referissem apenas aos ímpios. Por isso, o autor esclarece que, como as citações são retiradas das escrituras judaicas, aplicam-se, com maior razão ao se público original. O que está escrito na lei, aplica-se ao povo da lei.

20 Ninguém será considerado justo por Deus, a partir de méritos pessoais. Nada que façamos, a não ser a aceitação da graça de Deus, pode nos comprar a absolvição de Deus (Gal 2:16)

21 Repare que Paulo está dizendo que a forma pela qual Deus exerce sua justiça não é uma novidade; já era conhecida dos antigos (“pela lei e pelos profetas”).

22 **Justiça de Deus.** A expressão aparece, aqui, como o mecanismo pelo qual Deus torna o pecador justo: “pela fé em Jesus Cristo”.

23-26 Este é o clímax da argumentação que Paulo vem desenvolvendo desde o capítulo primeiro: Deus é justo ao condenar o pecado, seja de quem for, e é justo, no sentido de justificar o pecador, através da redenção que há em seu Filho. A justiça de Deus aparece, então, com dois significados: a qualidade moral de ser justo e o processo por ele concebido de tornar justo o ímpio.

27-31 Paulo conclui seu argumento com um fecho forte para os seus patrícios judeus: a lei da fé (27) produz um efeito igualador entre todos os homens. Todos estão igualados como pedacores e devedores diante de Deus (v. 20, 23); não há espaço para o orgulho (jactância, no 27); não há espaço para discriminações raciais, ou de qualquer outra natureza (29, 30); e isso tudo não anula a lei conhecida pelos judeus; ao contrário, confirma-a.

Capítulo 4

Exegese

1-5 No verso 21 do capítulo 3, Paulo afirma que o processo de salvação, concebido por Deus, independentemente da lei, já era conhecida no Velho Testamento (lei e profetas). Para demonstrar esse argumento, ele escolhe alguém que, se pudesse ser justificado por obras, o seria, com toda certeza: Abraão. Ora, diz o Autor, se Abraão foi justificado por alguma coisa boa que tenha feito, isso deve ser motivo de orgulho para ele, porque sua justificação seria uma espécie de pagamento a que teria direito. Mas não é — conclui Paulo — porque a Escritura diz que Abraão foi justificado pela fé, e não pelas obras.

6-8 Precisamos de mais um exemplo de que a justificação sempre foi obtida pela fé? Então escolhamos outro que teria todas as condições de obtê-la por obras: Davi, que foi considerado um homem “segundo o coração de Deus” Paulo, então, demonstra que Davi também confiava na graça de Deus para sua justificação.

9-12 Paulo volta a Abraão para demonstrar que não há ligação entre a circuncisão (sinal da lei) e a justificação. Faz isto, lembrando que o Patriarca foi justificado pela fé, muito antes de ter recebido o sinal da circuncisão. Na verdade, aquele rito foi consequência, selo da fé, e não causa (cf. 11).

13 **Justiça da fé.** Refere-se ao processo justificador daquele que não confia nas suas próprias capacidades, mas sim naquele que torna justo ao ímpio (v. 5).

22 **Imputado.** Pode ser entendido como a figura de um depósito em conta. Isso lhe foi creditado como condição justificadora. Quer dizer que essa fé foi levada em conta (v. 25) por Deus .

25 **Por causa...justificação.** Encerra-se, aqui, o argumento contido na primeira parte do tema apresentado em 1:17: “aquele que pela fé é justo...viverá”. Esse argumento visou demonstrar a justiça de Deus, também como um processo por ele proposto para a justificação do pecador: Por um lado, sua justiça condena o pecado; por outro, ela se derrama em graça e torna justo o pecador, mediante a fé em Jesus Cristo.

Homilética

A Justificação pela Fé

1. Não há obras que nos tornem quites de Deus (3: 20)
2. Não há nacionalidade que nos tornem quites de Deus (3:29)
3. Não há rito que nos tornem quites de Deus (4:10)
4. Não há herança espiritual que nos tornem quites de Deus (4:14)
5. Perdão: há uma obra, há uma nacionalidade, há um rito, há uma herança: a que provém da fé (4: 11,12)

Capítulo 5

Exegese

1 Justificados. Inicia-se, agora, a segunda parte do tema da justificação: “viverá”. O Apóstolo vai descrever as implicações da justificação, ou seja, como é a vida prometida aos justificados pela fé.

Paz com Deus. Essa é a primeira e principal consequência da salvação obtida por intermédio de Jesus.

2 Esperança. Uma segunda consequência da justificação é a esperança. Sem ela, o homem se embrutece e se perde na escuridão de suas dores e problemas.

Da glória. Refere-se à esperança de recuperarmos, um dia, a glória perdida com a queda.

3 Gloríemos, ou gloríamos. Exultamos (“Nisso exultais, embora, no presente, por breve tempo, se necessário, sejais contristados por várias provas... cf. 1Pe 1:6-8)

3-5 Note que esses versículos falam de uma capacidade de exultar (gloriar-se) no sofrimento (tribulação), a partir da compreensão de que este, quando recebido piedosamente, produz resultados positivos: resistência (perseverança), experiência (um espírito forjado) e, de novo, esperança, sendo que esta esperança, assim adquirida, não haverá de nos decepcionar.

5 A esperança não confunde. Essa expressão é repetida em Rm 9:33 e 10:11, e tem o sentido de não produzir decepção, ou vergonha, por causa da fidelidade de Deus. Quando a esperança é infundida nos corações pelo Espírito de Deus, e se manifesta em amor, não haverá decepção.

8 Seu próprio amor. A capacidade de se dar por alguém revela um amor que tem a marca da divindade. No entanto, essa marca do Criador é plena e completa em Cristo, e se tornou visível e patente quando ele se deu por inimigos (cf. 10 e Col 1: 21s.)

9 Salvos da ira. Paulo procura transcender a idéia legalista da justificação. Não se trata — afirmaria ele — apenas de ser considerado quites de Deus; trata-se de tornar-se seu amigo, seu filho. Trata-se de passar a ver Deus como alguém com quem se pode desenvolver uma relação afetiva e íntima.

11 Reconciliação. Esta é a palavra chave de todo esse processo. A expressão muito mais, que aparece profusa e propositalmente em todo este capítulo, aqui, tem sua função: é muito mais que perdão, é muito *mais* que justificação, é *muito mais* que salvação: é *reconciliação com Deus* (V. 2Co 5:18-21).

12-15 Portanto...todavia. O autor inicia, agora um longo e lindo argumento no qual estabelece duas solidariedades, valendo-se da expressão que já começara a usar: “muito mais”. No primeiro lado da comparação, estabelece ele uma solidariedade com o primeiro Adão; no segundo lado, a solidariedade com o segundo Adão: Jesus. A expressão “muito mais” é usada para demonstrar a superioridade da segunda solidariedade. Na primeira, fomos feitos ofensa a Deus (v. 15); na segunda, justificação (16).

16 Repare que neste momento da comparação, a condenação vem de somente uma ofensa, a de Adão; mas a graça provém de muitas ofensas, ofensas essas dirigidas ao segundo Adão: Jesus Cristo. Ao invés de propor a compensação ao pecado de Adão com obediência de Cristo (v. 19), prefere mostrar que houve expiação, ou seja, toda a ofensa do primeiro Adão foi jogada de volta sobre o segundo.

20 Avultasse a ofensa. A lei funciona, aqui, como um revelador do pecado. Quando ela diz: “não faça isto”, o ato de fazê-lo se torna muito mais visível. No entanto, a visibilidade do pecado traz consigo a visibilidade da graça (superabundou).

Homilética

Muito Mais em Cristo (Rm 5)

1. Se no primeiro Adão recebemos condenação

No segundo, temos muito mais - salvação (v. 9)

2. Se no primeiro Adão recebemos inimizade,

No segundo, temos muito mais - reconciliação (v. 10)

3. Se no primeiro Adão recebemos ofensa,

No segundo, temos muito mais - graça

4. Se no primeiro Adão recebemos a morte

No segundo, temos muito mais - vida (v. 17)

Capítulo 6

Exegese

Se o capítulo 5 aceita o título genérico de “paz com Deus”, o capítulo 6 fala de “união com Cristo”, que pode dividir-se em dois subtemas: aquele que trata de nossa *ressurreição com Cristo* (1-14) e o de nossa *escravatura de Deus* (15-23).

1 Retoma-se, aqui, o argumento cínico, já tratado pelo autor, no capítulo 3: 1-8. Ou seja, se um pecado mais grave produz uma graça maior (abundante), “colaboremos” com Deus, fazendo a nossa parte: pecando.

2-10 Este texto traz a idéia de uma solidariedade (cf. cap. 5) e uma identificação tais que a união com Cristo na sua morte, faz com que se aplique à nossa vida, pela fé, o aconteceu com ele. Temos, então, uma solidariedade dupla: Cristo se identificando conosco, para receber nosso castigo; e nós, pela fé, nos identificando com ele, para sofrer sua morte e receber sua ressurreição.

11 **Considerai-vos.** Embora nossa morte com Cristo seja descrita como um fato consumado, mediante a nossa fé, há a necessidade de que nos apropriemos dessa verdade, a cada dia. O primeiro segmento da argumentação deste capítulo (v. 1-10) *descreve* algo; o segundo (v. 11-14) *prescreve* uma resposta.

14 **Domínio.** Note que domínio é diferente de influência. Somos atingidos e influenciados pelo pecado, mas não somos mais seus escravos como antigamente (v. 6).

16-23 **Escravos.** Paulo usa expressões radicais para dizer que ninguém é absolutamente autônomo, ninguém vive sem um senhor. A questão é saber escolher aquele a quem servir. Nestes versos o autor aponta os resultados dessa escolha. Se somos servos do pecado, o resultado é a morte; se escolhemos servir a Deus (v. 22) o resultado é a vida eterna.

Homilética

Os Dois Senhores

1. Há dois senhores sobre nossa vida (16)

1.1. Não podemos servir aos dois

1.2. Não podemos deixar de servir a um deles

2. Um, é senhor natural, porque vem escondido na nossa natureza (16)

3. Outro, é senhor opcional, porque nos oferecemos como servos a ele (16, 19)

4. O primeiro nos faz colher tristezas e vergonhas e finalmente a morte (21)

5. O segundo nos oferece um dom gratuito: a vida eterna (23)

Capítulo 7

Exegese

O capítulo 7 todo trata do tema da libertação do domínio da Lei. O argumento principal é que aquele que morreu para a lei já não precisa servi-la como escravo.

1-6 Paulo trabalha neste segmento com uma analogia, extraída do casamento. Ele diz que o casal está ligado um ao outro pelos laços do casamento. No entanto, se um dos dois morre, essa obrigação desaparece. Ora, a nossa morte, juntamente com Cristo, nos liberta da servidão à lei da carne e do pecado, para servirmos a outro senhor, a saber, a Deus.

9 Sem lei eu vivia. Paulo está falando no sentido figurado, como uma pessoa que tenha vivido antes de Moisés. Se fôssemos tomar a afirmação ao pé da letra, teríamos que aceitar também a expressão “e eu morri”. Seu argumento é que não havendo a lei (cf. 5: 13), o pecado não aparece, porque a transgressão não é visível. Mas quando surgiu o mandamento, então minha condição de pecador se revelou com clareza.

12-13 A lei é santa. O argumento é que, conquanto tenha a capacidade de me condenar, a lei é boa, porque revela o pecado que há em nós. Sem ela, nosso pecado permaneceria oculto.

15-24 Não faço o que prefiro. O Apóstolo está falando como quem está debaixo do domínio do pecado. Ele mesmo já nos advertiu, no entanto, de que não devemos permitir que o pecado reine sobre nós: “não reine, portanto, o pecado em vosso corpo mortal” (cf. 6:12). Mais ainda: ele diz que o pecado já não tem qualquer domínio sobre nós (cf. 6: 14). É muito importante entender este aspecto, pois muitos usam dessa desculpa para seu pecado: “se o próprio Apóstolo Paulo dizia que não tinha controle sobre o pecado, quem sou eu para fazer melhor?”. Mas o Apóstolo, nos capítulos 6 e 7 está dizendo coisa diferente. Diz que fomos completamente libertos do pecado (cf. 6:18). Na verdade, ele está descrevendo o conflito que resta entre a antiga natureza, que ainda tem algum poder sobre nossa vida, e a nova, trazida por Cristo. Essa antiga natureza produz rebelião e toda sorte de atos ofensivos a Deus. Contudo, ela nos envergonha e entristece, porque já não a reconhecemos como parte de nós (v. 20). A santificação consiste, portanto, em mortificar aqueles feitos do corpo (v. 8:13).

25 Graças... por Jesus Cristo. Este é o fecho de todo o argumento. Não fosse

pelo pagamento pleno da Cruz, eu estaria ainda debaixo da lei que me condena. Mas essa lei já não pode me cobrar a dívida do pecado, porque o resgate foi todo quitado (cf. 8:1).

Capítulo 8

Exegese

O capítulo 8 todo trata do tema da vida no Espírito. Esse Espírito nos liberta do domínio do pecado, nos dá vida, por meio da sua habitação em nós, testifica em nossos corações nossa filiação do Pai, garante nossa herança com Deus e assiste-nos em nossas fraquezas.

1 Nenhuma condenação. Coerentemente com o tema do capítulo anterior (aqui trazido com o termo pois), o crente, mesmo que ainda lute contra a carne, que ainda não foi abolida de todo, já não pode ser condenado, pois está em Cristo.

2-3 A lei tinha a propriedade de mostrar o pecado, mas não era capaz de nos livrar dele. Já a lei do Espírito, nos conduz para longe do pecado que no íntimo detestamos.

5-8 Agora, pela graça do Espírito de Deus, podemos escolher pender para um lado ou para outro, livremente. Se nos inclinamos para a carne, fazemo-nos inimigos de Deus. Se pendemos para o Espírito, apagamos as influências da carne.

9 Estar na carne. Aqueles que se inclinam para a carne, uma vez libertos dela, desprezam o espírito do próprio Cristo, razão porque não podem ser considerados seus. Agora já não se trata do efeito da carne sobre nossas vidas, como no capítulo 7, mas de uma posição minha. Ou eu caminho na direção do Espírito, ou abro mão dele e me torno inimigo de Deus. Não há meio-termo.

14 Filhos. O Espírito que em nós habita nos faz filhos de Deus.

16 Esse próprio Espírito, junto com nosso espírito, nos assegura que somos filhos de Deus. Isso porque percebemos interiormente uma grande harmonia entre o que desejamos ser e a própria natureza santa de Deus. No nosso espírito já não há conflito, como antigamente. São vontades que se harmonizam.

23 Paulo volta ao tema da tarefa inacabada. Ainda gememos, por vivermos sujeitos à imperfeição. Aguardamos a glorificação de nosso corpo. Alguém disse que a glorificação é a santificação consumada, e a santificação é a glorificação incompleta.

26 Enquanto não se consuma nossa glorificação, o mesmo Espírito de Deus nos assiste, ajudando-nos a superar as barreiras que encontramos pelo caminho. Isso nos indica que a luta ainda não terminou em nossa vida. Precisamos, portanto, de ajuda.

29-30 O alvo de todo o processo de santificação daqueles que se lançaram na vida do Espírito, através de Cristo, é a própria imagem de Jesus. Nosso padrão de perfeição está, aqui, apresentado: Jesus. Então, ele será o irmão mais velho.

30 Segue-se um resumo de todo o argumento, pela ordem que Paulo quer dar aos

fatos e processos: a predestinação para sermos como Jesus, o chamado, a justificação, e a glorificação, que está no tempo pretérito profético, porque é visto do ponto de vista da eternidade.

36-37 **Fomos considerados.** Vale a pena atentar para o fato de que somos tão mais super-vencedores quanto mais ovelhas de matadouro nos tornarmos. Essa é a imagem de nosso Senhor (cf. Is. 53:7). É uma questão de ponto de vista. Aqueles que nos julgam pelos padrões deste mundo, nos vêem como ovelhas. Mas Deus nos vê como super-campeões.

Capítulo 9

Exegese

Caps 9-11 Os capítulos 9 -11 normalmente parecem dispensáveis na argumentação desta carta. De fato, ao chegar ao ponto de demonstrar a plenitude de vida por Deus preparada no Espírito para aqueles que são de Cristo, restariam as considerações práticas que se iniciam no capítulo 12: “rogo-vos, pois, irmãos...”. No entanto, mesmo para o Apóstolo dos gentios, o destino de Israel não pode ser desprezado. Então, Paulo começa a desenvolver um argumento que chega às raias do paradoxo: por um lado, um Deus soberano, que faz e desfaz como lhe apraz, sem que ninguém lhe possa opor resistência; por outro, a responsabilidade de Israel, que rejeitou a promessa do Messias. Esta seção toda pode ser chamada de “a justiça de Deus na história”.

9:3 **Anátema.** Maldito. Essa expressão, paralela àquela de Moisés, quando do episódio do bezerro de ouro (cf. Ex 32:32), revela o tipo de amor com que o Apóstolo ama seu povo.

4 **Glória.** Refere-se à shekiná, a glória de Deus que enchia o templo e o tabernáculo. **Alianças.** Provavelmente refere-se à aliança entre Deus e seu povo, como acontecido no Sinai (Êx 34:8).

6-10 O autor apresenta a idéia de que não há filiação formal ou institucional a Deus. Nem todos os descendentes de Abraão são filhos de Deus. Ele usa aqui a figura de Isaque como o verdadeiro filho da promessa, considerando-o um tipo de Cristo. Chama-nos a atenção de que a verdadeira filiação provém da fé e não do pertencimento a alguma linhagem racial ou mesmo eclesiástica.

13 Esta profecia refere-se à descendência desses dois personagens. De fato, os edomitas foram sujeitos a Israel por longos períodos (cf. 2Sm 8:14; 1Rs 22:47).

15 Esta é uma citação de Êxodo 33:19, onde Deus responde ao pedido de Moisés que lhe seja permitido ver sua glória, depois da intercessão pelos israelitas. Ela quer dizer, basicamente, que a misericórdia de Deus não depende de nada externo à sua própria vontade. Ele é absolutamente livre, uma vez que o homem se colocou devedor diante dele. Diante do pecado do homem, seu perdão e compaixão são manifestações de pura graça, e jamais poderão ser cobrados.

18 Pode parecer forte ao leitor esta afirmação, pelo fato de conhecer um Deus que se manifesta em amor dadivoso. No entanto, no âmbito de uma argumentação filosófica, Paulo demonstra que não haverá sequer injustiça, se Deus usar de misericórdia para com uns e reter seu perdão para com outros. Ele não poderá ser arguido de injustiça, porque seu perdão não é dívida mas graça,

que ele distribui a quem lhe apraz. E graça não pode ser cobrada, sequer sob o título de isonomia.

19-29 Nesta seção, o autor retorna ao seu estilo de *diatribe*, ou seja, de diálogo com um interlocutor imaginário. A argumentação principal é que a criatura não pode discutir com o Criador sobre suas decisões. Se em algum momento usou de misericórdia e paciência (v. 22, 23), isso é decisão exclusiva e soberana de sua parte. O segmento termina, no entanto com o reconhecimento de que, apesar de não poder ser obrigado a isso, ainda assim Deus tem usado de misericórdia.

30-33 Ao encerrar este difícil argumento, o Apóstolo indica um possível propósito e uma possível razão de haver Deus rejeitado a Israel e recebido os gentios: aqueles buscaram a lei, e por ela foram condenados, porque se apoiaram apenas em obras; estes, que não buscavam a justificação, acabaram por alcançá-la, porque creram no Messias. Esse messias acaba por se tornar na pedra de tropeço para uns e salvação para outros.

Homilética

A Pedra de Tropeço - (Rm 9: 30-33)

1. Para os que buscavam a lei, foi escândalo (32)
 2. Para os que buscavam luz, foi salvação (30)
 3. Para os que não tinham obras, foi graça (33)
 4. Para os que nelas confiaram, foi confusão (33)
 5. A esperança não confunde (Rm 5:5)
- porque é calcada em amor.

Capítulo 10

Exegese

1-15 Neste segmento, Paulo retoma um dos principais temas de sua epístola: a idéia de que a justiça de Deus compreende um modo particular pelo qual ele pretende justificar o pecador (v 1: 16,17). Não está aberta ao pecador a escolha de um modo particular de chegar a Deus. Ao contrário, ele mesmo credenciou seu filho, para ser o salvador. Embora Paulo reconheça ao zelo dos judeus, lamenta que eles tenham rejeitado a *justiça de Deus* e estabelecido sua própria, o que implica desprezo pela cruz, pela justiça que se realizou em Cristo (v. 4).

4 **Fim.** Não há alternativa para a justiça realizada em Cristo, porque ele é a plenitude inclusive da lei. A palavra, aqui, tem um sentido duplo: pode querer dizer o *alvo*, no sentido de que a lei se consumou em Cristo, e pode querer dizer a *consumação*, no sentido de que ela foi plenificada e cabalmente cumprida, pelo menos uma vez, em Cristo. Em qualquer dos sentidos, não há espaço para uma justiça decorrente da lei, mas apenas da fé (v. 5-8)

9 **Se...confessares.** O critério do coração que confessa e no íntimo aceita o senhorio de Jesus já aparece em 1 Co 12:3. Porque ninguém pode fazer essa confissão senão movido pelo Espírito Santo de Deus (cf. Fp. 2:11).

10 **Justiça.** Mais uma vez o tema da justiça de Deus é evocado: a justificação pela fé, que se dá no coração. Paulo está repisando o tema, visto que Israel confiava em suas obras para se tornar justo diante de Deus.

14,15 Aqui o autor parece se lembrar de sua missão, bem como de outros santos apóstolos, enviados a pregar a boa-nova, e se permite um momento de reflexão sobre a importância daqueles que anunciam o evangelho.

16-21 Lamenta-se o autor, pelo fato de constatar que o evangelho foi pregado entre seus irmãos judeus. Mais que isso, foi ouvido por eles, mas eles não creram na pregação. Faz referência, inclusive, ao fato de que essa rejeição tenha aberto oportunidade aos gentios.

Homilética

Os Quatro Comos do Evangelho (Rm 10:14,15)

1. Como se propaga o evangelho?
 - pelo envio de obreiros
2. Como é recebido o evangelho?
 - pela pregação dos enviados
3. Como surge a fé no evangelho?
 - pela fé no que foi ouvido
4. Como o Senhor passa a ser invocado?
 - pela fé naquele sobre quem ouviram

Capítulo 11

Exegese

Cap.11 Neste capítulo, o autor completa seu raciocínio sobre a justiça de Deus na história, iniciada no capítulo 9. Aqui, ele vai discorrer sobre o propósito de Deus, para Israel e para a humanidade.

2 Não rejeitou o seu povo. Essa expressão é uma forma de adaptação que Paulo faz do Salmo 94:14, tendo também em vista 1 Sm 12:22. Ele aplica aqui seu conceito de predestinação, já apresentado em 8:29-30, que se introduz com a expressão “de antemão conheceu”.

4,5 Remanescente. Ao utilizar o fato histórico do remanescente que não dobrou os joelhos a Baal, o autor apresenta sua convicção de que nem todos os judeus foram desclassificados, mas que hoje em dia há um remanescente fiel. Esses são aqueles que foram eleitos pela graça, independentemente das obras da lei (v. 6).

7 Endurecidos. Este verbo, no grego, tem o sentido de cegar, significando tornar insensível.

8 Paulo está citando Isaías 29:10: “O Senhor derramou sobre vós espírito de profundo sono, e fechou os vossos olhos...”, e Deuteronômio 29:4: “O Senhor não vos deu coração para entender, nem olhos para ver, nem ouvidos para ouvir, até o dia de hoje”.

11 Pela sua transgressão...salvação aos gentios. Paulo repete a interpretação que dá ao cântico de Moisés, em Dt 32:21, já mencionado em 10:19: “A zelos me provocaram com aquilo que não é Deus; com seus ídolos me provocaram à ira; portanto, eu os provocarei a zelos com aquele que não é povo; com louca nação

os despertarei à ira.”

21-24 Bondade e severidade. Uma palavra de alerta àqueles que poderiam se ensoberbecer diante do fato de o Senhor haver cortado alguns ramos da oliveira. Se Deus foi severo com os que caíram, por outro lado foi bom para conosco. Mas cuidado, porque Deus agirá do mesmo modo para conosco, se também não formos fiéis.

25-32 Paulo apresenta, nesta seção o mistério da redenção de Israel. Houve o endurecimento, a insensibilização de Israel, até que Deus tenha completado seu trabalho junto aos gentios. Quando isso estiver pronto, então Deus se voltará novamente para Israel. Se seu tropeção parcial (v. 25) foi predito profeticamente, também o foi a sua restauração (Is. 59:20s e Jr 31:33). A nova aliança não se completará enquanto não abranger o povo da velha aliança. Por enquanto, ela está fora, para benefício dos gentios, mas Israel é alvo eterno das alianças de Deus, que não dependem da fidelidade daquele povo, mas das promessas de Deus, feitas aos patriarcas (v. 28,29).

32 Este é o fecho do argumento todo. A *justiça de Deus* se apresenta a partir do momento em que todos são nivelados na condição de devedores; sem condições, portanto de exigir ou reivindicar qualquer direito, igualdade ou benefício diante de Deus. Cada um, de per si, há de compreender que se Deus usar de sua justiça, condená-lo-á sem apelação. No entanto, o Apóstolo diz que Deus nos conduziu a esta condição para usar de misericórdia para com todos. Veja que não é para com todos sem exceção, mas sim sem distinção. Não haverá discriminação, com certeza, mas essa misericórdia não alcançará os soberbos que insistirem em se manter incrédulos, como ocorreu com o povo da antiga aliança.

33-36 Esta doxologia arremata todo o argumento dos capítulos 1 a 11. Olhando para tudo o que disse, o Apóstolo constata que jamais poderia ter inventado tal plano, de tão excelente sabedoria. Então, ele exulta diante da revelação ali exposta.

34 Eco de Isaías 40:13: “Quem guiou o Espírito do Senhor? ou, como seu conselheiro, o ensinou?”

35 Eco de Jó 41:11: “Quem primeiro me deu a mim, para que eu haja de retribuir-lhe?”

Capítulo 12

Exegese

Caps.12-15 É uma característica do estilo paulino, dividir suas cartas mais teológicas em uma parte dogmática e em outra prática, na qual faz as aplicações. Em Romanos, essa divisão se dá no capítulo 12, onde, concluída a argumentação que expõe a iniciativa redentiva de Deus, ele agora vai apresentar sua concepção de resposta do homem à graça de Deus. Dentro da proposta inicial, extraída de Habacuque (cf. comentário de 1:17) “aquele que pela fé e justo, viverá”, o autor agora vai descrever a segunda parte: “viverá”, ou seja, a vida daquele que foi justificado pela fé. As exortações éticas dessa seção têm uma correlação muito próximas com o Sermão da Montanha, dando a entender que aqueles ensinamentos, embora ainda não escritos, estavam presentes em esboços e ensinamentos orais nas igrejas.

1 **Apresenteis.** É a mesma palavra utilizada em 6: 13 e 19, então traduzidas por “oferecer”. Paulo pede uma ação razoável (lógica), de quem se oferece de coração. **Sacrifício vivo.** Não se trata mais de sacrifício de animais, mas de uma nova e superior forma de oferta: a oferta da própria vida, em adoração (cf. Heb 13:15s e 1Pe 2:5), a exemplo da oferta de Cristo, que encerra e consoma a figura incompleta do cordeiro pascal. A exortação é que o que antes se resumia numa formalidade ritual, agora se transforme em um ato íntimo de profunda contrição.

2 **Este século.** Esta palavra aparece também em 1Co 1:20, 2:6, 3:18; 2Co 4:4 e Gl 1:4, e significa este mundo, no sentido de sistema de valores e idéias. Devemos viver neste mundo, mas na verdade não podemos assumir a sua forma (não vos conformeis), naquilo que é incompatível com o Reino de Deus. Sem vigília e oração (Mt 14:38), o crente naturalmente absorverá a mentalidade deste século, sem que se aperceba disso.

5 **Um só corpo.** Este é um dos temas prediletos do Apóstolo. Ele entendeu que o mistério que estivera oculto aos antigos é esse corpo formado no Espírito de Deus, a sua igreja (cf. 1Co 12:27; Ef 3: 5s, 4:15,16). Na verdade o tema é a base para a compreensão do mistério da igreja, em seu sentido mais profundo e amplo.

Homilética

Sacrifício Vivo (Rm 12:1,2)

1. O sacrifício de si mesmo é superior ao de outrem (vossos corpos)
2. Apresentar os próprios corpos é resposta de amor à manifestação de amor (diante das misericórdias de Deus)
3. É sacrifício que gera vida e não morte (vivo, santo e agradável)
4. É atividade constante de inconformismo com o pecado (não vos conformeis)
5. É busca perene de transformação na direção da santidade de Deus (mas transformai-vos — *metamorphoo*)
6. É uma ação de mortificação da carne para vivificação do espírito - É sacrifício vivo.

Capítulo 13

Exegese

1 Na geração que se seguiu à morte de Cristo, o império romano produziu uma espécie de confusão entre o Cristianismo e o Judaísmo, o que, a princípio, conferiu a àquele uma situação muito boa, chamada de *religio licita* (cf. At 18:12, ss). As experiências do próprio Paulo, em relação às autoridades, num primeiro momento, foram boas. Quando os judeus o acusaram diante de Gálio, o novo procônsul da Acaia, dizendo que ele estava pregando uma religião ilegal, Gálio entendeu que era uma querela interna ao próprio judaísmo, e não deu muita atenção, precedente esse que Paulo usou mais tarde para proteger seu serviço apostólico (At 28:30 ss). Nesse contexto, o autor expressa o princípio básico das relações do crente com o Estado, que é submissão às autoridades, por que são instituídas por Deus. O governo humano, portanto, é estabelecido por ordenança divina e os cristãos, acima de todos, devem obedecer às leis, pagar impostos e respeitar as autoridades. A questão que surge quando essa autoridade se torna injusta ou contrária à consciência cristã não é tratada aqui.

2 **Condenação.** É importante notar que *condenação*, aqui, significa punição do

estado, e não de Deus, como se pode ser induzido a crer pela primeira parte do verso (cf. 1Pe 2:13, 14 e 4:14,15). O sentido nos permite compreender que a resistência à autoridade civil não agrada a Deus, mas o termo condenação não está sendo aplicado como sanção para aquele caso.

3,4 Não se está cogitando de uma autoridade que exorbita às suas competências, mas aquela que pune o mal e incentiva o bem.

7 O que lhes é devido. Esta expressão coloca todo o argumento no eixo apropriado. Serve como um paralelo para: “a César o que é de César” (Mc 12:17). Não se requer imposto a quem merece honra, nem adoração a quem merece tributo. Há limites apropriados à sujeição do cristão (At. 5:29; Mc 12:17).

8-10 Devendo. Não se trata, aqui, de condenar qualquer tipo de empréstimo, mas, ao contrário de que se devem saldar os débitos, inclusive por temor a Deus. Aquele que toma emprestado sem a intenção de devolver peca de má consciência. Aquele que relaxa nesse dever, por imaginar que o que emprestou não tem necessidade, comete grave falha ética. Mas há uma dívida positiva, que jamais devemos considerar saldada: o amor com o qual devemos nos amar. Devemos sempre buscar saldá-la, mas nunca considerá-la quite.

11-14 Esta admoestação, que aponta para a segunda vinda como a consumação de todo o plano redentivo de Deus para nossas vidas, tem seu paralelo em Efésios 4, onde o Apóstolo nos convida a andarmos de modo digno da revelação obtida. Nesse sentido, este trecho conclui os argumentos dos capítulos 12 e 13, exortando-nos a prepararmo-nos para a nova vida no Espírito, para o dia pleno que começa a raiar.

Capítulo 14

Exegese

Caps 14,15 Se dentro da seção “viverá” (cf comentário a 1:17), ou seja, da nova vida reservada ao justificado pela fé, o capítulo 12 pode ser resumido sob o título de “o servo cristão”; o 13 de “o cidadão cristão”, este segmento que vai até ao cap. 15: 13, pode ser intitulado de “o irmão cristão”, porque se dedica às relações entre os irmãos na igreja.

1-4 Dentro do princípio da liberdade que todos adquirimos em Cristo, devemos evitar as discussões que não edificam. Ao contrário, o autor nos recomenda que acolhamos os fracos para comunhão.

5-9 Nas diferenças de opinião entre os irmãos pode residir um enfraquecimento de nossas convicções pessoais. Paulo nos recomenda, portanto, quando estiverem esgotados os recursos do bom-senso, que vivamos com convicção perante o Senhor, porque haveremos de dar contas do nosso íntimo, e não das opiniões dos irmãos.

10-13 O princípio da liberdade, aqui nos lembra que haveremos de prestar contas por nós mesmos diante de Deus. Diante disso, o julgamento do irmão, a comparação, seja para superioridade, seja para inferioridade, tudo se relativiza quando nos colocamos sós diante do Pai.

13-18 **Toma o propósito.** O princípio da liberdade não pode atuar sozinho. Paulo complementa-o com o princípio do amor. Quando a nossa liberdade diante de Deus escandaliza e entristece nosso irmão, já não estamos na alegria do Espírito Santo (v. 17)

19-23 Dentro do princípio do amor, recomenda-nos o autor que edificemos uns aos outros com confiança diante de Deus. Esse princípio é a chave para a nossa liberdade. Quando nossa liberdade já não edifica os irmãos, então já a estamos exorbitando, ainda que em nosso íntimo nos julgemos livres por Jesus Cristo, para fazer o que é julgado indevido por outrem.

23 **Dúvidas.** Diante das diferenças de opinião sobre comportamentos, doutrinas e tantos outros assuntos, uma chave nos é oferecida pelo Apóstolo: nada pode ser mais pernicioso do que aquilo que se faz sem a devoção de quem quer agradar a Deus (sem fé). É bem verdade que essa devoção não é o bastante; mal-instruída, ela pode nos levar por caminhos inimagináveis. Mas sem ela, o que quer que façamos não será culto, não será louvor, não será agradável a Deus (cf Heb 11:6).

Capítulo 15

Exegese

1-13 Sabendo que o tipo de recomendações que vem desenvolvendo no capítulo 14 pode tornar-se difícil de absorver e cumprir, Paulo dedica mais algumas linhas a uma exemplificação que tem como padrão o Senhor Jesus.

1 **Nós que somos fortes.** Não está importando, aqui, se você realmente é forte. Paulo sabe que quem despreza os irmãos, paradoxalmente, são aqueles que se acham fortes e maduros. Assim, o verso se aplica a todos os que se julgam certos em relação a alguma divergência. É como se o autor estivesse dizendo: “você que se julga com a razão é quem tem o dever de ser condescendente com o seu irmão mais fraco”.

7 **A glória de Deus.** O critério final que arbitrará as relações entre os irmãos, e que resolverá todas as questões (ainda que racionalmente nem sempre possam ser satisfatoriamente resolvidas) é a busca incessante, humilde e devota da glória de Deus. Este é o alvo. Esta é a razão pela qual devo, se preciso me humilhar, a exemplo de Cristo. Nisto, de resto, consiste a verdadeira guerra espiritual que devo travar, na minha vida e nas regiões celestiais.

13 **Esperança.** A ligação desta passagem com 5:1-5 é evidente. O sacrifício vivo (cf 12:1,2 e comentários), quando confirmado pelo Espírito de Deus produz em nossa alma uma confirmação de nossa identidade de filhos, e nos enche de esperança num futuro prometido. Falando aos Efésios Paulo coloca esse tema assim: “para saberdes qual é a esperança do seu chamamento, qual é a riqueza da glória do seu chamamento nos santos” (Ef 1:18).

Homilética

O Irmão Cristão (Rm 14:1-15:23)

1. Vive o princípio da liberdade (14:2)

- Mas acolhe os fracos para comunhão (14:1-4)
- Mas vive com convicção perante o Senhor (14:5-9)

- Mas presta contas de si mesmo a Deus (14:10-13a)

2. Vive o princípio do amor (14:13b-23)

- Portanto toma o propósito de não pôr tropeço (14:13b-18)
- Portanto busca sempre a edificação (14:19-23)

3. Segue o exemplo de doação e serviço de Cristo (15:1-6)

4. Tudo para a glória de Deus (15:7-13)

14-33 Esta seção é o epílogo da epístola. Paulo está escrevendo aos cristãos de Roma por alguns motivos básicos. Primeiro, para lembrá-los das doutrinas básicas do evangelho (15); depois, para relatar o grande desenvolvimento da igreja no setor leste do império, em grande parte, devido ao seu ministério (19); também, para preparar o caminho para uma visita, quando de sua ida à Espanha (23s) e finalmente para informar sobre sua passagem por Jerusalém, levando as ofertas da Macedônia e Acaia (25s).

23 Não tendo já campo. Quer dizer que o Apóstolo já considerava cumprida sua missão na região, com a implantação de inúmeras igrejas, que agora poderiam continuar com a tarefa evangelizadora. Seu ímpeto maior sempre foi o de desbravador, de levar o evangelho a regiões nunca antes evangelizadas, razão porque desejava ir para o extremo ocidental do império: a Espanha.

33 Esta bênção dá a idéia de que a epístola se encerra aqui. De fato, acredita-se que circularam, pelo seu interesse e profundo teor teológico, diversas cópias desta carta, omitindo-se o capítulo 16, de pouco interessa para as demais igrejas, uma vez que se dedica a menções e saudações pessoais. Alguns acreditam, inclusive, que circularam exemplares que terminavam em 14:23, acrescentada a doxologia que está em 16:25-27.

Capítulo 16

Exegese

1,2 Terminada a carta, foi ela entregue a uma senhora chamada Febe, que, estando de partida para Roma, faria com que ela chegasse ao seu destino. Também serviria para recomendar sua portadora aos irmãos cristãos daquela cidade (v. 2), abrindo-lhe as portas a alguns confortos que a igreja lhe poderia oferecer em seus objetivos. Febe era diaconisa da igreja de Cencréia, um dos dois portos de Corinto.

5 **Igreja.** Reunia-se, no princípio nos lares mais espaçosos de irmãos. Priscila, da classe nobre romana, e Áquila, um judeu do Ponto, tinham uma igreja reunindo-se na sua casa em Roma, como antes haviam tido em Éfeso (1Co 16:19), e talvez em Corinto (At 18:26).

6 **Maria.** Uma das seis marias que aparecem no Novo Testamento. Pouco se sabe a seu respeito. Provavelmente se ligara à igreja nos tempos de Priscila e Áquila.

7 **Andrônico e Júnias.** Não se sabe se o segundo nome é masculino ou feminino. A expressão “meus parentes” não precisa significar mais que cristãos judeus. Foram companheiros de Paulo em uma das prisões que sofreu. Provavelmente

eram cristãos bem conhecidos, sendo não somente do relacionamento dos apóstolos, como considerados apóstolos, num sentido mais amplo, eles mesmos.

8 **Ampliato**. *Amplias*, a forma mais abreviada. Nome comum nas inscrições romanas do período, e é encontrado repetidamente como nome de membros da casa imperial. Cristãos pertencentes a este ramo da família estão sepultados em um dos mais antigos cemitérios cristãos de Roma, o *Cemitério de Domitila*, iniciado no final do século primeiro.

9 **Urbano**. *Urbanus*, pertencente à *urbs*, ou cidade. Nome comum em Roma. Estáquis. Significa espiga, e não é comum.

10 **Apeles**. Nome comum entre os judeus de Roma.

11 **Herodião**. Paulo o conhecia pessoalmente. “Meu parente” pode significar simplesmente o fato do autor sabê-lo judeu e cristão.

12 **Trifena e Trifosa**. Provavelmente irmãs gêmeas, pelo fato de terem nomes derivados da mesma raiz, fato comum naqueles dias. Pérsida quer dizer *mulher da Pérsia*. Nada mais se pode dizer a respeito.

13 **Rufo**. Significa *vermelho*, ou *ruivo*, palavra comum na Roma da época. Acredita-se que seja filho de Simão Cirineu, o lavrador que carregou a cruz de Jesus (Mc 15:21).

14 **Hermas**. Abreviação de *Hermágoras*, *Hermógenes* ou *Hermódoro*. Uma geração mais tarde seria o nome de um cristão de Roma que escreveu *O Pastor*. **Pétrobas**. Abreviação de *Patróbio*, nome de um rico oficial liberto de Nero. Acredita-se que seja essa pessoa. **Hemes**, como nome do deus da boa sorte, era um nome comum entre os escravos.

15 **Filólogo e Júlia**. Talvez marido e mulher (ou, menos provavelmente, irmãos). Nereu. Nome associado pela tradição cristã a Flávia Domitila, dama cristã da casa imperial banida para a ilha de Pandetéria, longe da costa da Campânia, por seu tio Domiciano, em 95 a.D, solta depois da morte deste no ano seguinte. Seu nome foi imortalizado no famoso cemitério de Roma (cf. nota do v 8). Olimpas, abreviatura de *Olimpiodoro*.

16 **Ósculo santo**. O “beijo da paz”, que até hoje desempenha um papel na liturgia da Igreja Oriental. Ver ICo 16:20; 2Co 13:12; 1Ts 5:26 e 1Pe 5:14.

Homilética

Toda Glória a Deus (Rm 16: 25-27)

1. Porque seu poder nos confirma (25)
2. Porque nos proveu o evangelho da salvação (25)
3. Pela fé que nos conduz à obediência a esse evangelho (26)
4. Pela mediação de Cristo em todo o processo da salvação (27)

Felipe Sabino de Araújo Neto[®]

Proclamando o Evangelho Genuíno de CRISTO JESUS, que é o poder de DEUS para salvação de todo aquele que crê.

[TOPO DA PÁGINA](#)

Estamos às ordens para comentários e sugestões.

Recomendamos os sites abaixo:

[Academia Calvínia](#) / [Arquivo Spurgeon](#) / [Arthur Pink](#) / [IPCB](#) / [Solano Portela](#) / [Textos da reforma](#) / [Thirdmill](#)
[Editora Cultura Cristã](#) / [Editora Fiel](#) / [Editora Os Puritanos](#) / [Editora PES](#) / [Editora Vida Nova](#)